

Cia. Itaú de Capitalização

CNPJ nº 23.025.711/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização relativos ao período de janeiro a dezembro de 2019, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro

1.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

No período de janeiro a dezembro de 2019, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 278,5 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacando-se o crescimento no segmento de previdência.

Em dezembro de 2019, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização superou R\$ 1,1 trilhão apresentando aumento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2019, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 13,5% em relação ao mesmo período de 2018. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 30,8 bilhões, aumento de 4,7% em relação a dezembro de 2018.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019:

• O **lucro líquido** alcançou R\$ 280,3 milhões, redução de 5,2% em relação ao mesmo período de 2018, influenciado principalmente pela queda de 4,1% das receitas de capitalização líquidas de variação de provisões, sorteios e custo de aquisição.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018:

• O total de **ativos** atingiu R\$ 4,9 bilhões, redução de 9,8%.
• O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 803,7 milhões, redução de 36,8%, devido ao pagamento de R\$ 857,9 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.
• As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,5 bilhões, aumento de 1,0%.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para

clientes que optam por concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2019, distribuímos o montante de R\$ 48,4 milhões em prêmios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		3.989.279	4.516.802	Circulante		3.693.149	3.752.662
Disponível - Caixa e Bancos	2.5a	4.431	18.826	Contas a Pagar		204.141	297.507
Aplicações	2.5b e 3	3.983.977	4.496.409	Obrigações a Pagar		38.367	133.177
Títulos e Créditos a Receber		854	1.511	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.668	400
Títulos e Créditos a Receber		808	436	Impostos e Contribuições	2.5d	164.106	163.930
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5d, 7bI e 7c	46	1.075	Provisões Técnicas - Capitalização	2.5f e 4b	3.489.008	3.455.155
Despesas Antecipadas		17	56	Provisões para Resgates		3.473.251	3.433.833
Não Circulante		882.228	882.365	Provisões para Sorteios		12.048	14.320
Realizável a Longo Prazo		41.705	41.065	Provisão Administrativa		3.535	6.820
Títulos e Créditos a Receber		41.705	41.065	Provisão para Distribuição de Bônus		174	182
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5d, 7bI e 7c	14.280	13.867	Não Circulante		374.656	375.422
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	27.335	26.614	Exigível a Longo Prazo		374.656	375.422
Outros Créditos Operacionais		90	584	Contas a Pagar		333.630	333.491
Investimentos - Imóveis Destinados à Renda		25.992	26.769	Tributos Diferidos	2.5d e 7bII	333.620	333.324
Intangível - Ágio na Transfêrencia de Carteira	2.5c	814.531	814.531	Outras Contas a Pagar		10	167
				Outros Débitos - Provisões Judiciais	5	41.026	41.931
				Patrimônio Líquido	8	803.702	1.271.083
				Capital Social		558.295	558.295
				Reservas de Capital		7.606	7.606
				Reservas de Reavaliação		3.547	3.400
				Reservas de Lucros		234.254	701.782
Total do Ativo		4.871.507	5.399.167	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.871.507	5.399.167

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida com Títulos de Capitalização		486.481	485.723
Arrecadação com Títulos de Capitalização		2.666.889	2.687.627
Varição da Provisão para Resgate		(2.180.408)	(2.201.904)
Varição das Provisões Técnicas - Resultado com Outras Provisões Técnicas		3.285	4.548
Resultado com Sorteio		(62.253)	(43.284)
Custo de Aquisição		(8.437)	(10.053)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		61.954	68.427
Outras Receitas Operacionais	6a	63.450	71.094
Outras Despesas Operacionais		(1.496)	(2.667)
Despesas Administrativas		(151.168)	(148.793)
Pessoal Próprio		(1.172)	(33)
Serviços de Terceiros		(873)	(821)
Localização e Funcionamento		(6.956)	(7.096)
Publicidade e Propaganda		(290)	(332)
Publicações		(92)	(88)
Donativos e Contribuições		(7.192)	(11.292)
Despesas Administrativas Diversas	9	(134.593)	(129.131)
Despesas com Tributos	2.5d e 7aII	(26.966)	(29.937)
Resultado Financeiro	6b	139.250	121.866
Receitas Financeiras		329.705	298.178
Despesas Financeiras		(190.455)	(176.312)
Resultado Patrimonial		18.105	19.099
Receitas com Imóveis de Renda		18.882	20.084
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(777)	(985)
Resultado Operacional		460.251	467.596
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		2	299
Resultado antes dos Impostos		460.253	467.895
Imposto de Renda	2.5d e 7aI	(111.621)	(94.024)
Contribuição Social	2.5d e 7aI	(69.913)	(78.210)
(-) Participações sobre o Lucro		1.567	--
Lucro Líquido		280.286	295.661
Quantidade de Ações	8a	670.963	670.963
Lucro Líquido por Ação	2.5g	417,74	440,65

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 8) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária		
Saldos em 01/01/2018	558.295	7.606	3.265	57.066	648.664	--	1.274.896
Realização de Reserva de Reavaliação	--	--	135	--	--	(246)	(111)
Dividendos	--	--	--	--	(177.452)	--	(177.452)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	295.661	295.661
Destinações							
Reservas	--	--	--	14.783	158.721	(173.504)	--
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	(77.500)	(77.500)
Dividendos	--	--	--	--	--	(44.411)	(44.411)
Saldos em 31/12/2018	558.295	7.606	3.400	71.849	629.933	--	1.271.083
Mutações do Período	--	--	135	14.783	(18.731)	--	(3.813)
Saldos em 01/01/2019	558.295	7.606	3.400	71.849	629.933	--	1.271.083
Realização de Reserva de Reavaliação	--	--	147	--	--	(245)	(98)
Dividendos	--	--	--	--	(610.380)	--	(610.380)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	280.286	280.286
Destinações							
Reservas	--	--	--	14.014	128.838	(142.852)	--
Dividendos	--	--	--	--	--	(137.189)	(137.189)
Saldos em 31/12/2019	558.295	7.606	3.547	85.863	148.391	--	803.702
Mutações do Período	--	--	147	14.014	(481.542)	--	(467.381)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015% e Itaúseg participações S.A. com participação de 99,99985%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A..

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2020.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas são

aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

A CIACAP não apresenta outros resultados abrangentes nos períodos.

2.2. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) **Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período findo em 31 de dezembro de 2019**

• Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2019.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

• ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Está interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.



Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em Milhares de Reais)

(Continuação)

2.4. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o CPC e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela CIACAP são detalhados abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 7.

b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas no item 2.5 b.

c) Passivos Contingentes

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

d) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, que buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.5. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível e Aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados nas seguintes categorias:

I. Ativos Mantidos para Negociação;

II. Empréstimos e Recebíveis; e

III. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

II. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Créditos das Operações de Capitalização e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para Ativos Financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretores (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

c) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, que se trata da diferença entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Contemplam, em sua maioria, ágios pagos em aquisições. São classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para o período da demonstração financeira, sem indício de redução ao valor recuperável, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão por imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada período. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar - Tributos Diferidos, respectivamente.

e) Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

• **Prováveis:** as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais;

• **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e

• **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da CIACAP entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

g) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

h) Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2019	31/12/2018
Cotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos		3.504.276	4.036.644
Letras Financeiras		1.177.503	770.758
Letras do Tesouro Nacional		238.860	316.573
Letras Financeiras do Tesouro		1.036.329	1.056.908
Notas do Tesouro Nacional		641.928	1.610.826
Debêntures		165.549	190.544
Ações		10.485	—
Certificados de Depósito Bancário		193.630	58.452
Derivativos		3.154	6.147
Notas de Crédito		—	22.659
Contas a Receber/(Pagar)		36.838	3.777
Títulos de Dívida de Empresas		479.701	459.765
Debêntures	8,33%	476.698	459.765
Notas de Crédito	CDI + 1,18%	3.003	—
Total		3.983.977	4.496.409

O Valor Justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Sem vencimento	47.323	3.778
Até um ano	1.159.318	546.445
De um a cinco anos	2.061.661	2.206.253
De seis a dez anos	261.113	129.107
Após dez anos	454.562	1.610.826
Total	3.983.977	4.496.409

b) Movimentação das aplicações

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	4.496.409	4.516.069
Aplicações	3.396.267	4.262.174
Resgate de Principal	(4.237.147)	(4.578.222)
Resultado Financeiro	328.448	296.388
Saldo Final	3.983.977	4.496.409

c) Distribuição dos Níveis

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Mantidos para Negociação	258.534	3.725.443	3.983.977	—	4.496.409	4.496.409
Fundos de Investimento	—	3.504.276	3.504.276	—	4.036.644	4.036.644
Debêntures	258.534	218.164	476.698	—	459.765	459.765
Notas de Crédito	—	3.003	3.003	—	—	—

d) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Setor Público	1.918.778	48,1%	3.003.910	66,8%
Financeiros	1.349.554	33,9%	802.917	17,9%
Serviços	363.840	9,1%	408.029	9,1%
Indústria e Comércio	301.328	7,6%	271.629	6,0%
Outros Setores	50.477	1,3%	9.924	0,2%
Total	3.983.977	100,0%	4.496.409	100,0%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	31/12/2019	31/12/2018
Classificação Interna	3.983.977	4.496.409
Baixo	3.983.977	4.496.409
Total	3.983.977	4.496.409

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensais, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, ou a data de aquisição, o que ocorrer primeiro. Os títulos de capitalização que preveem sorteios estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

- Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização;
- Provisão para Resgate (PR) - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados;
- Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- Provisão Complementar de Sorteios (PCS) - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar;
- Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PR)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Outras Provisões Técnicas	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	3.433.833	14.320	7.002	3.455.155	3.335.143
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	2.306.758	75.599	2.160	2.384.517	2.347.108
(+) Atualização financeira das provisões	190.055	139	16	190.210	175.055
(-) Resgates	(2.457.395)	(78.010)	(5.469)	(2.540.874)	(2.402.151)
Saldo Final	3.473.251	12.048	3.709	3.489.008	3.455.155

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Técnicas	3.489.008	3.455.155
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	2.846.906	2.996.715
Cotas de Fundos de Investimentos - Multimercado	354.398	165.388
Debêntures	452.634	453.755
Garantias das Provisões Técnicas	3.653.938	3.615.858
Cobertura Excedente	164.930	160.703

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez		
Patrimônio Líquido	803.702	1.271.083
Despesas Antecipadas	(17)	(56)
Ativos Intangíveis	(814.531)	(814.531)
Tributo diferido sobre ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura	325.813	325.813
Valor da PDA constituída	—	1.340
Valor da PMC constituída	21.291	12.417
Patrimônio Líquido Ajustado	336.258	796.064
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição	21.918	22.391
Capital Adicional de Risco de Crédito	112.105	97.644
Capital Adicional de Risco Operacional	7.182	7.157
Capital Adicional de Risco de Mercado	49.429	34.268
Benefício da Correlação entre Risco	(37.642)	(29.993)



Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em Milhares de Reais) (Continuação)

	31/12/2019	31/12/2018
Capital de Risco.....	152.992	131.467
Capital Mínimo Requerido (1).....	152.992	131.467
Suficiência de Capital (2).....	183.266	664.597

(1) O Capital Mínimo Requerido é o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.
(2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A Nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$ 164.930 (R\$ 160.703 em 31/12/2018) de cobertura excedente, e a liquidez em relação ao Capital de Risco é de R\$ 30.653 (R\$ 26.026 em 31/12/2018).

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo (*)	Cota de Carregamento	
			31/12/2019	31/12/2018
PIC Itaú Uniclass	15414.900125/2019-65	PM	de 3,36% a 88,13%	de 0,84% a 88,82%
PIC Itaú Agência	15414.900126/2019-18	PM	de 3,62% a 88,39%	de 3,49% a 88,26%

(*) PM - Pagamento Mensal

NOTA 5 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, AÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I - Ações Cíveis

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 234 (R\$ 198 em 31/12/2018) com depósito em garantia de recursos de R\$ 71 (R\$ 50 em 31/12/2018).

II - Ações Trabalhistas

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros sem provisionamento no período (R\$ 107 em 31/12/2018) com depósito em garantia de recursos de R\$ 869 (R\$ 842 em 31/12/2018).

III - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e encargos quando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Obrigação		Total	
	Legal	Ações Fiscais	Total	Total
Saldo Inicial.....	40.100	1.526	41.626	41.120
Atualização/Encargos.....	692	4	696	775
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	--	(1.530)	(1.530)	339
Constituição.....	--	--	--	481
Reversão.....	--	(1.530)	(1.530)	(142)
Pagamento.....	--	--	--	(608)
Saldo Final.....	40.792	--	40.792	41.626
Saldo Final em 31/12/2018.....	40.100	1.526	41.626	
Depósitos em Garantia de Recursos - 31/12/2019.....	7.732	--	7.732	
Depósitos em Garantia de Recursos - 31/12/2018.....	8.146	1.383	9.529	

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias e Obrigações Legais são descritas a seguir:

• PIS - R\$ 33.446 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleitea-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

• CSLL - Isonomia - R\$ 7.018: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 7.020.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 68.538, sendo as principais discussões descritas a seguir:

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 58.595: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 18.663 (R\$ 16.193 em 31/12/2018).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da CIACAP são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A CIACAP, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) **Outras Receitas Operacionais** - Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas Financeiras.....	329.705	298.178
Cotas de Fundos de Investimento.....	297.527	243.290
Títulos de Renda Fixa.....	30.840	53.097
Outras Receitas.....	1.338	1.791
Despesas Financeiras.....	(190.455)	(176.312)
Atualização de Operações de Capitalização (Nota 4b).....	(190.210)	(175.055)
Outras Despesas.....	(245)	(1.257)
Total.....	139.250	121.866

NOTA 7 - TRIBUTOS

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I) Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	460.253	467.895
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes.....	(184.101)	(210.553)

Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:

Juros sobre o Capital Próprio.....	--	34.875
Incentivos Fiscais.....	4.664	4.750
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis.....	(2.097)	(1.306)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(181.534)	(172.234)

II) As Despesas Tributárias estão representadas basicamente por PIS e COFINS.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Realização/ Reversão		Constituição	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Obrigações Legais.....	5.194	--	92	5.286
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.....	8.712	(672)	176	8.216
Outras Provisões Indedutíveis.....	228	(224)	--	4
Total (*).....	14.134	(896)	268	13.506

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 14.326 (R\$ 14.942 em 31/12/2018) e está basicamente representado por R\$ 820 (R\$ 808 em 31/12/2018) de Tributos a Compensar e R\$ 13.506 (R\$ 14.134 em 31/12/2018) referente a Tributos Diferidos.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Realização/ Reversão		Constituição	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Refletido no Resultado				
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio.....	325.813	--	--	325.813
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos..	--	--	33	33
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.....	5.244	(68)	233	5.409
Reserva de Reavaliação.....	2.267	--	98	2.365
Total.....	333.324	(68)	364	333.620
Total Líquido.....	(319.190)	(828)	(96)	(320.114)

c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários são:

Ano de Realização	Créditos Tributários	
	Diferenças Temporárias	%
2020	34	0%
2021	542	4%
2022	8.154	60%
2023	5	0%
2024	22	0%
2025 a 2027	4.749	36%
Total	13.506	100%

Valor Presente (*) 12.369

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de Capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2019 e 31/12/2018, não existiam créditos tributários não contabilizados.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.....	869.480	(11.625)	857.855	362.949	(11.631)	351.318
Dividendos Extraordinários.....	610.380	--	610.380	177.452	--	177.452
Dividendos.....	137.189	--	137.189	--	--	--
Dividendos (provisionados no período anterior).....	44.411	--	44.411	107.958	--	107.958
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior).....	77.500	(11.625)	65.875	77.539	(11.631)	65.908
Provisionados (*).....	--	--	--	121.911	(11.625)	110.286
Dividendos.....	--	--	--	44.411	--	44.411
Juros Sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	77.500	(11.625)	65.875

(*) Registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa Investimentos Itaú S.A.;

- Controladas - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;

- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;

- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa Investimentos Itaú S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações Financeiras.....	3.504.276	4.036.644	296.446	243.290
Fundos de Investimentos.....	3.504.276	4.036.644	296.446	243.290
Provisões Técnicas - Capitalização.....	(39.153)	(32.989)	--	--
Controladas.....	(39.153)	(32.989)	--	--

Valores a Receber (Pagar)/ Receitas (Despesas)

Administrativas, Prestação de Serviços e/ou Outras Operacionais.....		23.781	21.221
Controladas.....	--	23.781	21.221
Aluguéis.....	--	17.724	19.885
Controladas.....	--	17.724	19.885
Doações.....	--	(2.500)	(6.000)
Outras.....	--	(2.500)	(6.000)
CRCC (*).....	--	(135.111)	(128.720)
Controladas.....	--	(135.111)	(128.720)

(*) Convênio de Rateio de Custos Comuns registrado na rubrica Despesas Administrativas.

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** - Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo seu controlador Itaú Unibanco Holding S.A..

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

I - Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

II - Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

a) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.



Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em Milhares de Reais)
(Continuação)

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, compliance e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);

- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações; e

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (*"MtM - Mark to Market"*).

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	DV01	Valor Contábil	DV01
Título Público				
NTN-B.....	255.731	(151)	21.583	(22)
Moedas	--	--	245	--
Título Privado				
Indexado a IPCA.....	127.547	(19)	128.557	(26)
Indexado a PRÉ.....	227.689	(12)	5.902	--
Ações	10.485	--	--	--
Ativos Pós-Fixados	2.737.468	--	2.076.738	--
Compromissadas Over	625.057	--	2.263.384	--
Total (*)	3.983.977		4.496.409	

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

c) Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, *vis a vis* o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

d) Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Os documentos "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado/Risco de Crédito/Risco de Liquidez e Risco Operacional" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

CIA. Itaú de Capitalização

CNPJ: 23.025.711/0001-16

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Cia. Itaú de Capitalização ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelos itens auditados definidos no parágrafo acima de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada

por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco

Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Luiz Fernando Butori Reis Santos

Diretores

Badi Maani Shaikhzadeh

Carlos Henrique Donegá Aidar

Eduardo Hiroyuki Miyaki

Matias Granata

Atuária

Bianca Oliveira Lamounier Castello

MIBA: 1694

Contador

Rodrigo Andrade de Moraes

CRC - 1SP - 220.814/O-6

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º andar - Parque Jabaquara - São Paulo-SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Cia. Itaú de Capitalização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria, e quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes

Contador CRC 1SP222767/O-3



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2020 10:13:53.

Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE

[Ticket: 34541940] - www.imprensaoficial.com.br